

VINHOTO, RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL

Alexandre Luiz da Silva Felipe

Aluno regularmente matriculado no 5º ano da faculdade de Direito da ITE/Bauru.

Orientador: Prof^a. Ms. Daniela Aparecida Rodrigues

RESUMO

A questão ambiental é temática forte nas discussões em voga nos dias de hoje em decorrência do processo de desenvolvimento e dos ciclos econômicos demonstram perfeitamente essa relação primária entre homem e natureza. O desenvolvimento econômico e os altos níveis do desenvolvimento tecnológico acabaram comprometendo os recursos naturais disponíveis e em consequência, a qualidade de vida da sociedade mundial. Faz-se necessário uma nova leitura então dos direitos dos homens e o reconhecimento dos direitos de 3ª e 4ª geração, neles inseridos o direito de todos nós ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Um dos inúmeros problemas causados pelo desenvolvimento econômico em contraposição à degradação dos recursos naturais consiste no subproduto das destilarias de álcool e açúcar denominado vinhoto. Este passivo ambiental, altamente poluente, acaba por gerar danos sentidos de diversas maneiras. A responsabilidade das usinas em questão, em decorrência dessa degradação deverá, necessariamente, ser recepcionada para fins de vermos o dano reparado de forma efetiva.

Palavras-chave: Proteção ambiental, usinas de álcool e açúcar, vinhoto, dano ambiental.

INTRODUÇÃO

A questão ambiental é temática forte nas discussões em voga nos dias de hoje em decorrência do processo de desenvolvimento e dos ciclos econômicos demonstram perfeitamente essa relação primária entre homem e natureza. A forma adotada para o desenvolvimento, se baseava principalmente na exploração dos recursos naturais. Com desenvolvimento econômico a degradação ambiental alcançou magnitude tal onde os efeitos se tornaram incontrolláveis pelo homem.

Nascendo a preocupação no âmbito jurídico pelo problema da proteção do meio ambiente, foi a partir da década de 70, basicamente, que inúmeros países deixaram a crença no progresso ilimitado da ciência que impulsionou a ideologia positivista no século XIX até os dias atuais, cedendo à preocupação pelas consequências trazidas pelo progresso técnico e industrial (Rodrigo Alves da Silva).

O objetivo desta exposição é chamar a atenção dos profissionais do direito em relação ao direito coletivo do meio-ambiente. Um direito que pertence a todos, e ao mesmo tempo a cada um, pois todos têm o direito de viver num meio circundante ecologicamente equilibrado, um habitat, que ainda seja natural, e que forneça ao homem a melhor qualidade de vida possível. Mas é impossível tal ambiente, se não reinar na consciência mundial a preservação e a reparação do meio-ambiente natural e Artificial (Juliana Piccinin Frizzo).

Tais exposições estão consonâncias com os princípios constitucionais de direito fundamental (3ª e 4ª geração) onde a constituição brasileira ao prever em capítulo específico a preocupação legislativa, que reza expressamente em seu Art. 225 a preservação do meio ambiente mais especificamente no § 1º inc.VII.”

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações. Proteger a fauna e flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais à crueldade.

A realidade contemporânea que vem se apresentando é um tanto diferente com relação às destilarias de álcool que lançam vinhoto e outros derivados que são efluentes orgânicos resultantes da fabricação do açúcar e do álcool em rios e lagos, provocando desequilíbrio ecológico nos ecossistemas dulcícolas. A proporção de produção do vinhoto em relação à do álcool varia de 12 a 15 litros de vinhoto para cada litro de álcool destilado, Trata-se, portanto, de um líquido

que por si só não tem nada de especial. É um concentrado de sais minerais, alguns produtos orgânicos e água, provenientes do processo de destilação do mosto (suco, em fermentação, de qualquer fruta açucarada) fermentado. Os açúcares deste suco são transformados em álcool por microorganismos. Água, fermento, sais minerais, e alguns inevitáveis compostos orgânicos diferentes do Etanol (álcool) formam o 'vinho' que será destilado. Uma coluna de destilação separa a fração que interessa o Etanol. O 'resto' é o vinhoto.

O vinhoto pode ser usado como fertilizante; esta é a solução obrigatória, nada de novo como alguns querem fazer parecer. Ocorre que existem duas situações independentes - a produção e o consumo do vinhoto. O consumo depende das condições de campo e não da produção da destilaria, o que obriga a que se faça um 'estoque', uma lagoa, aguardando a oportunidade da aplicação no campo. Nos casos em que estas lagoas fugiram ao controle, e não são poucos os exemplos em que extravasou vinhoto, o líquido seguiu seu caminho inexorável rumo a um curso d'água, segundo as Leis da Física, irrevogáveis. Os danos ocorrem segundo Leis Químicas e Biológicas, também incontornáveis. O que mais preocupa é que com frequência, o vinhoto é descartado diretamente em corpos d'água das regiões produtoras de cana de São Paulo, na região Nordeste e outras regiões do Brasil, seja por negligência ou imperícia ou até mesmo por dolo dos técnicos embora essa prática seja proibida por lei vide o Decreto n. 73.030, de 30 de outubro de 1973, o Decreto-Lei n. 1.413, de 14 de agosto de 1975 e o Decreto n. 76.389, de 3 de outubro de 1975 e PORTARIA INTER Nº 158, de 3 de novembro de 1980 que reza: "*Mantém a proibição do lançamento direto ou indireto do vinhoto em qualquer coleção hídrica, res-salvado, entretanto, o disposto nos itens III e IV desta Portaria.*"

Estudos já consagrados provam que tal prática prejudica de maneira sensível o abastecimento d'água para as cidades e para as atividades econômicas além do ambiente, alterando de forma intensa o equilíbrio ecológico das águas interiores, pois os microorganismos e a matéria orgânica presente no vinhoto consome o oxigênio da água e mata de plânctons a peixes, danificando e até modificando (quando de maneira reiterada) a fauna e a flora e causando sérios prejuízos aos recursos pesqueiros, configurando a poluição. Temos a definição de Poluição na Lei 6.938/81 em seu Art. 3º que dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, que considera poluição:

a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente:

- a) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;*
- b) Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;*
- c) Afetem desfavoravelmente a biota;*
- d) Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;*

e) Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

RESPONSABILIDADE PELOS DANOS ECOLÓGICOS

Na Lei 6.938/81 no seu Art.3º inc III define o *Poluidor como a pessoa física ou jurídica, de direito publico ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por sua atividade causadora de degradação ambiental*. João Affonso da Silva ressalva em sua obra agentes poluidores são todas as pessoas, entidades ou instituições que, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, provocam a presença, lançamento ou a liberação, no meio ambiente, de poluentes.

Sergio Ferraz e Helli Alves de Oliveira, aludidos por José Affonso da Silva definem dano ecológico como qualquer lesão ao meio ambiente causadas, por condutas ou atividades de pessoa física ou jurídica de direito publico ou privado, independentes de suas repercussões sobre as pessoas e seus bens. Tal conceito se harmoniza com a Constituição Brasileira no seu Art. 225, § 3º “*as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados*”.

Sergio Ruy Barroso de Mello menciona que possam existir diferenças entre poluição, dano e crime ambiental. A poluição, a seu ver, é uma categoria geral que pode ser dividida em três elementos, a saber, a poluição em sentido estrito, o dano ambiental e crime ambiental. A poluição em sentido estrito é uma alteração das condições ambientais que deve ser compreendida negativamente, isto é, ela não é capaz de alterar a ordem ambiental. As suas repercussões sobre a normalidade do ambiente são desprezíveis e, por isto, não são capazes de destruí-la. O dano ambiental pode ser definido como a poluição que, ultrapassando os limites do desprezível, causa alterações adversas no ambiente. O fato de que ela seja capaz de provocar um desvalor ambiental. O crime ambiental é a mais grave violação da normalidade do meio ambiente. Ele contém o dano ambiental e a poluição, absorvendo-os. Obviamente que os crimes ambientais não se limitam ao crime de poluição, tal como definido no Art. 54, da Lei nº. 9.605, assim posto: “Art. 54 - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”. *Data venea* não é fácil concordar com tais colocações na expressão “poluição em sentido estrito”, pois uma vez lançados ou liberados no meio ambiente os poluentes (para assim serem chamados) originariam uma alteração neste, mesmo que por um só momento. E, nesta lacuna, estaríamos deixando de punir o crime ambiental. Se tais substancias introduzidas a natureza em níveis que não surtirá nenhum efeito ao meio ambiente não há o que se falar em poluição

Incorrem em três os tipos principais de responsabilidade do dano ecológico independente entre si administrativa, a criminal e a civil, com respectivas sanções que não é Particularidade do dano ecológico.

A responsabilidade administrativa resulta de infração a normas administrativas, sujeitando-se o infrator a uma sanção de natureza também administrativa tais como: advertência, multa interdição de atividades, suspensão dos benefícios e outros.

A responsabilidade civil consiste na obrigação de o agente causador do dano em reparar o prejuízo causado a outrem, por ato próprio ou de alguém que dele dependa. Assim, a responsabilidade civil pode ser conceituada pela obrigação de fazer ou não-fazer ou ainda pelo pagamento de condenação em dinheiro.

Responsabilidade civil tem como fundamento de que aquele quem causa dano a outrem, impõe-se o dever de repará-lo. No Código Civil de 2002, o Art.186 cominado com o Art. 927. Tais Artigos consagram:

Art. 159 - Aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral fica obrigado a reparar o dano.

Art.927 – Aquele que, por ato ilícito (Art.186 e 187), causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo.

Com a leitura destes dois dispositivos, é possível identificar os elementos da responsabilidade civil, Ação ou omissão (comportamento humano), culpa ou dolo do agente, relação de causalidade entre a ação e o dano e dano causado à vítima.

Responsabilidade Penal emana do cometimento do crime, ficando o infrator sujeito à pena de perda de liberdade ou pena pecuniária. A sanção penal à pessoa jurídica acolhida pela lei 9.605/98 mostrou que houve uma mudança em favor do meio ambiente, pois a maioria dos crimes ambientais é cometida por empresas. Com base no texto constitucional e no Art.225 § 3º que dita: “*As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação da reparar os danos causados*”. Nas palavras de Paulo Affonso Leme Machado, o texto constitucional faz clara diferença entre reparar os danos e sancionar administrativa e penalmente as condutas e atividades prejudiciais ao meio ambiente. A reparação de natureza civil independe de culpa do autor, já a cominação de sanção penal ou administrativa requer demonstração de culpa. É importante ressaltar que a Lei 9.605/98 prevê sanções restritivas de direitos, que incluem a reparação do dano a exemplo do Art.23 inc II “*execução de obras de recuperação de áreas degradadas*”. .

Enfatiza Sergio Ruy Barroso de Mello que não se aprecia subjetivamente a conduta do poluidor, mas a ocorrência do resultado prejudicial ao homem e ao seu ambiente. A atividade poluente acaba sendo uma apropriação pelo poluidor dos direitos de outrem, pois na realidade, a emissão poluente representa um confisco do direito de alguém em respirar ar puro, beber água saudável e viver com tranqüilidade. Por isso, é imperioso que se analisem oportunamente as modalidades de reparação do dano ecológico, pois muitas vezes, não basta indenizar, mas fazer cessar a causa do mal, pois um carrinho de dinheiro não substitui o sono recuperador, a saúde dos brônquios, ou a boa formação do feto. A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente consagra como um de seus objetivos a “imposição ao poluidor e ao predador da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados” (Art. 4, VII, da Lei nº 6.938, de 31.8.81). Além disso, possibilita o reconhecimento da responsabilidade do poluidor em indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e aos terceiros afetados por sua atividade, independentemente da existência de culpa (Art. 14, parágrafo 1). Acentue-se que a aplicação da penalidade administrativa, prevista nos incisos I, II, III e IV, do Art. 14, não elide a indenização ou reparação que o Poder Judiciário possa cominar, como se vê, sem qualquer dúvida, no parágrafo primeiro do aludido Artigo 14.

REFERÊNCIAS

Neto, João Celso. **DOMÍNIO PÚBLICO: OS BENS QUE TODOS USAMOS E A QUESTÃO ECOLÓGICA**. <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1719>

Frizzo, Juliana Piccinin. **RESPONSABILIDADE CIVIL DAS SOCIEDADES PELOS DANOS AMBIENTAIS** <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4129>

Guimarães, Simone de Almeida Bastos. **O DANO AMBIENTAL** <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3055>

Krell, Andreas Joachim **CONCRETIZAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. OBJEÇÕES À TEORIA DO “RISCO INTEGRAL”** <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1720>

LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do meio ambiente da Constituição Federal, <http://www.lei.adv.br/6938-81.htm>

LEME MACHADO, Paulo Affonso, “**Direito Ambiental Brasileiro**”, 7ª ed.

Mello, Sergio Ruy Barroso, **A EXTENSÃO DO RISCO NA COBERTURA DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POLUIÇÃO AMBIENTAL E O DIREITO BRASILEIRO**. http://www.pellon-associados.com.br/artigos/srbm_br_05.htm#a15

Moreira, Plínio Sá. **OO VINHOTO NO PANTANAL**. http://www.redeaguape.org.br/desc_noticia.php?cod=814&PHPSESSID=0bc9798a47cfb1b89939ac3fdbcb94_08

Musetti, Rodrigo Andreotti .**BACIAS HIDROGRÁFICAS NO BRASIL: ASPECTOS JURÍDICO-AMBIENTAIS**. <http://www.sadireito.com/artigos/index.htm>

Oliveira José Roberto Guedes. TUTELA DO ESTADO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS http://www.cnrh-srh.gov.br/artigos/tutela_guedes.htm

RODRIGUEIRO, Daniela Aparecida, **DANO MORAL AMBIENTAL : SUA DEFESA EM JUÍZO, EM BUSCA DE VIDA DIGNA E SAUDÁVEL**

SILVA, Solange Teles. **A PROTEÇÃO DA QUALIDADE DO AR**. <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1696>

SILVA, Jose Afonso, **DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL**

SILVA, Rodrigo Alves, **A RESPONSABILIDADE PENAL POR DANOS AO MEIO AMBIENTE**, <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3630>